



Uma comunidade diversa, uma direção comum

Software livre no Brasil e o que ele pede de quem o usa

Rafael Evangelista

Labjor/Unicamp · Conselheiro do CGI.br

Live Intra Rede · NIC.br/Ceptro.br · 19 de agosto de 2026



De onde eu falo

Vinte e cinco anos acompanhando o mesmo objeto mudar de lugar

Anos 2000

Anos 2010

Hoje



Etnografia do movimento

Mestrado em linguística e doutorado em antropologia sobre a comunidade software livre brasileira. Convivência direta: fóruns, listas, empresas, universidades.

Plataformização

Pesquisa sobre redes sociais, dados pessoais e o poder das plataformas — o momento em que o código aberto vira infraestrutura de negócios fechados.

Redes descentralizadas

Redes sociais alternativas construídas sobre software livre e protocolos abertos. O ciclo se fecha: a comunidade volta a ser resposta, não só ferramenta.

Arco de um mesmo objeto mudando de lugar.

Uma comunidade, muitos projetos

O software livre brasileiro nunca foi um grupo só — e isso é uma força, não uma confusão

- Inclusão social e digital
- Educação em tecnologia
- Luta contra a desigualdade
- Universidades e pesquisa
- Pequenas prestadoras de serviço
- Empreendedores e consultores
- Médias e grandes empresas

O QUE A ETNOGRAFIA MOSTROU

conflito virou robustez

“Técnicos” de um lado, “políticos” de outro. Vista de hoje, a diversidade sustentou o movimento: ele não dependia de um único tipo de ator, nem de um único financiador.

Uso “software livre” e “código aberto” para o mesmo código. A diferença entre os termos é política — e foi justamente ela que essa comunidade discutiu por vinte anos.

O código é global. A capacidade é local.



Esforço global

Você herda o trabalho de milhares de pessoas que nunca vai encontrar — e não paga por isso em licença.



Liberdade de estudar, adaptar e manter

O código aberto não é só visível: é modificável. Auditar, corrigir e ajustar às suas condições não depende de autorização de ninguém.



Desenvolvimento e transparência locais

A adaptação é feita por gente daqui, que aprende no processo. O ganho global vira competência instalada no país.

Só que não é de graça. Você não herda de um recurso natural, herda de um bem comum — e bem comum só segue existindo enquanto quem usa também sustenta. Nem sempre com dinheiro: relatar bug, traduzir, documentar, testar, contratar suporte de quem mantém.

Soberania não é isolamento: é poder entender, corrigir e sustentar aquilo que você opera — sem depender de um fornecedor único, aqui ou fora.

A queixa antiga — e o que os dados dizem

“O Brasil só usa, não produz” media contribuição de um jeito estreito demais



O decálogo do CGI.br bebe da mesma fonte

Um encontro que não é coincidência

2

Governança democrática e colaborativa

O princípio pede que a governança preserve e estimule o “caráter de criação coletiva” da rede. É a mesma ideia que organiza um projeto de software livre: quem usa também decide.

5

Inovação

Evolução contínua e ampla difusão de novas tecnologias. Difusão ampla é exatamente o que uma licença livre garante e uma licença proprietária limita.

9

Padronização e interoperabilidade

Padrões abertos são a condição de a rede funcionar entre operadores diferentes. Implementações abertas são o que torna esses padrões verificáveis na prática.

Apoiar código aberto não é uma preferência de ocasião. É coerência com princípios que orientam decisões desde 2009.

Obrigado

Perguntas são bem-vindas

Rafael Evangelista

rae@unicamp.br

[Labjor/Unicamp](#) · [CGI.br](#)